

25 JUN 2004

CORREIO BRAZILIENSE

Em defesa do conselho

DF - Brasília

DF-Brasília
042
Reportagem 0046

Especialistas consideram inconstitucional a decisão dos distritais de acabar com órgão que fiscaliza o tombamento

RENATO ALVES E
CAROLINA CARABALLO
DA EQUIPE DO CORREIO

A iniciativa do deputado distrital Leonardo Prudente (PMDB) de extinguir o Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília (Conpresb) uniu representantes de vários setores que defendem o tombamento. Eles não escondem o descontentamento contra o projeto, aprovado em primeiro turno pela Câmara Legislativa na noite de quarta-feira. Além de mostrar indignação, muitos garantem que a medida é inconstitucional. E prometem lutar pela manutenção do conselho.

A repercussão negativa da aprovação do fim do conselho fez os deputados distritais favoráveis ao projeto recuarem. Tanto que eles desistiram da votação em segundo turno do projeto de Leonardo Prudente, prevista inicialmente para ocorrer ontem. "Cautela e canja de galinha sempre é bom. É um indicativo de que os distritais podem mudar de opinião", disse o presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PMDB). Uma nova sessão para discutir a proposta foi marcada para segunda-feira (leia matéria na página 24).

Por meio do porta-voz Paulo Fona, o governador Joaquim Roriz (PMDB) declarou ser a favor do Conpresb, criado por ele em 2003. Fona informou ainda que o governador vai pedir um parecer para a Procuradoria do Distrito Federal sobre a legalidade do projeto de Leonardo Prudente.

A secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Ivelise Longhi, também saiu em defesa do conselho. "Brasília tem que ser motivo de orgulho não só para os brasilienses, mas para todos os brasileiros. Nós conseguimos construir uma cidade que hoje é considerada patrimônio cultural da humanidade", ressaltou (veja entrevista ao lado).

Os integrantes do Ministério Público também não escondem a preocupação. E são taxativos quanto à legalidade do projeto de Leonardo Prudente. "O conselho foi criado por um ato do governador Joaquim Roriz. Isso porque a lei orgânica prega que compete ao governador a criação privativa, por meio de projeto de lei, de órgãos de administração pública. E o Conpresb é um órgão de administração pública. Sendo assim, só o próprio governador poderia pleitear a extinção", ponderou o promotor Paulo Leite, da 4ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística.

O promotor adianta que vai entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a decisão dos distritais, caso eles determinem o fim do Conpresb. "O conselho é uma grande contribuição para o tombamento. Ele é a expressão do que o estatuto da cidade estabelece como democracia. Toda e qualquer atividade urbanística exige participação de um conselho", ressaltou Paulo Leite.

Edilson Rodrigues



QUEIROZ, SILVA, MAGALHÃES E PONTES (DA ESQUERDA PARA A DIREITA) EM FRENTE A UM PUXADINHO. COMPETÊNCIA DOS DISTRITAIS DE LEGISLAR QUESTIONADA

Sem competência

Pegos de surpresa com a decisão da Câmara na noite de quarta-feira, os integrantes do Conpresb partiram para o ataque. Eles questionam principalmente a competência dos distritais. "Os deputados se enganaram. Eles deveriam acabar com a Câmara Legislativa, na verdade. São pessoas que não entendem nada de urbanismo. E estão indo contra uma lei que a própria Câmara criou", afirmou o médico Ernesto Silva.

Pioneiro de Brasília, Ernesto Silva não economiza em ironia. E dá um conselho aos deputados. "Estudem o plano de Lucio Costa. Vejam o que é possível e

o que não é possível fazer. E entendam que essas regras foram criadas para proteger a qualidade de vida na cidade. A Câmara não tem órgãos técnicos para discutir essa questão, que não pode ser tratada por leigos."

O publicitário Carlos Pontes, outro integrante do conselho, também não poupa críticas aos distritais. "O que aconteceu é que a Câmara Legislativa ficou enciumada. Alguns deputados têm um nível cultural baixo. E acham que o conselho está tirando prerrogativas da Câmara Legislativa." Ele vai mais longe. "Isso tudo deve ser por conta da lei das igrejas, muito condenada pelo conselho. Mas permitir que

elas sejam instaladas em qualquer lugar, sem a necessidade de alvará, é um retrocesso."

Já o arquiteto Carlos Magalhães, ex-conselheiro, ataca diretamente deputados governistas envolvidos em denúncias de invasões e grilagem de terras públicas. "A decisão da Câmara Legislativa está coerente com o que ela é. Preserva os interesses do Pedro Passos (PMDB), do José Edmar (PMDB). E acaba com a preservação da cidade."

Carlos Magalhães explica a necessidade do conselho e do tombamento, sem deixar de rechazar. "É preciso estabelecer limites entre o público e o privado. Sem isso, há desordem. A

Câmara, que deveria representar o povo, está sempre atrás dos próprios interesses."

O superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Brasília, Cláudio Queiroz, também lamenta a decisão da Câmara. "O Conpresb é uma criação do próprio Joaquim Roriz. E agora, esse deputado (Prudente), que alega a falta de necessidade do conselho, é da base governista. O que está havendo?", pergunta Queiroz.

LEIA MAIS SOBRE O CONSELHO DE PRESERVAÇÃO NA

PÁGINA 24

ENTREVISTA/ IVELISE LONGHI

CORREIO BRAZILIENSE
— A senhora é a favor da extinção do Conselho de Preservação da Área Tombada de Brasília (Conpresb)?

IVELISE LONGHI — Claro que não. Sempre tivemos conselhos de arquitetura e urbanismo, desde a criação do primeiro plano diretor do DF, em 1992. Com o tombamento da cidade, achamos interessante ter um fórum de debates mais amplo para a área tombada, porque ela tem suas particularidades, bem diferente das demais cidades. Então, o governador criou o Conselho Técnico de Preservação de Brasília. Em segundo momento, veio o Conselho Gestor (Conpresb), para aumentar a representatividade da comunidade. Justamente com a intenção de nós, Poder Executivo, ter um fórum de debates para mostrar nosso trabalho dentro da área tombada. Também para saber dessas pessoas, arquitetos, engenheiros, líderes comunitários, o que eles gostariam de trazer para uma discussão em torno do que querem para sua cidade. No conselho, sempre buscamos o consenso entre todos os atores da cidade, em favor de uma coletividade. A gente sempre vai estar muita atenta a agressões urbanísticas. Mas um conselho desse nos ajuda muito por alertar para algumas questões que não percebemos.

CORREIO — O tombamento engessa Brasília?

IVELISE — Brasília não é engessada. É uma cidade preservada. E mesmo tombada, ela é dinâmica. Se não fosse, não teríamos torres de celular, por exemplo. Para tal, apenas adequamos a tecnologia à nossa realidade, de forma que cause menos impacto com um formato de torre diferente.

CORREIO — O governador Joaquim Roriz vai vetar o projeto que extingue o conselho?

IVELISE — Não posso falar em nome do governador. Mas eu tenho dúvidas se esse projeto poderia ter partido da Câmara, porque pelo artigo 71 da Lei Orgânica do DF, a iniciativa de extinguir um órgão do governo é exclusividade do governador.